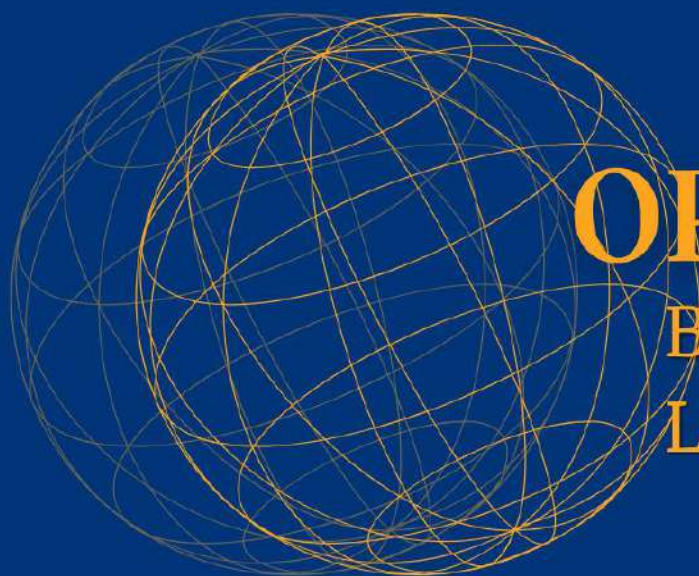




# ORBIS

Boletim do  
LEPEB-UFF



**VOL.3 – Nº 8**  
**JANEIRO-ABRIL/2025**  
**ISSN: 2965-2235**

## **Geisel, o documento da CIA e a disputa pública pela memória da ditadura: notas sobre o ofício do historiador**

*Roberto Moll Neto \**

Em diferentes espaços sociais, desde instituições de ensino até ambientes informais, a história é frequentemente valorizada como elemento fundamental para a transformação do futuro. No entanto, a história também altera a compreensão do passado e revela aspectos significativos do presente.

Em 2018, o pesquisador Matias Spektor identificou um conjunto de documentos da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) sobre o Brasil, desclassificados desde 2015. Um desses documentos relata uma reunião da alta cúpula do Governo Geisel (1974-1979), na qual Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo concordaram em manter a política de execução de presos políticos. Este documento trouxe novos esclarecimentos sobre um dos períodos mais obscuros da política brasileira, considerando que muitos arquivos da ditadura empresarial-militar permanecem inacessíveis ou foram destruídos.

As reações ao documento foram variadas. O comando do Exército, naquele momento, ávido em se manifestar sobre questões políticas, limitou-se a declarar que não poderia confirmar as informações, pois os documentos do período haviam sido destruídos. Gilberto Pimentel, então presidente do Clube Militar, classificou o documento como fantasioso e alegou que sua divulgação tinha o objetivo de prejudicar a candidatura de Jair Bolsonaro e de outros militares. Os generais Hamilton Mourão e Paulo Chagas, que posteriormente assumiram papéis de destaque na política brasileira, consideraram o documento falso e afirmaram que sua divulgação, embora disponível no site do *Office of the Historian* desde 2015, atendia a interesses eleitorais contrários aos militares.

No contexto das contestações, Jair Bolsonaro, então deputado e pré-candidato à presidência, adotou uma postura cínica ao comparar os assassinatos a uma punição paterna: “Quem nunca deu um tapa no bumbum do filho e depois se arrependeu? Acontece”. Sem negar a autenticidade do documento, sugeriu que o informante da CIA provavelmente teria ouvido uma conversa informal, sem caráter oficial ou decisório. Bolsonaro, eleito presidente naquele ano, justificou e equiparou a execução autorizada por Geisel aos assassinatos ocorridos durante o combate à Guerrilha do Araguaia. Ressaltou que o documento foi encontrado por um historiador, mas não divulgado pela imprensa, e reforçou a narrativa militar ao

afirmar que a publicação do relatório visava prejudicar candidaturas militares.

Essas reações se encontraram com a deterioração do ofício do historiador enquanto prática explicativa da realidade na era da superinformação. Em parte, vale lembrar, essa deterioração é resultado indireto das próprias práticas dos historiadores, articuladas nas últimas décadas: (1) afastar o rigor historiográfico do rigor científico, a partir da concepção de que há infinitas interpretações da realidade e que, portanto, é impossível compreendê-la em sua totalidade; (2) desvincular o papel de historiador das preparações formais da academia. Na era da superinformação, a difusão e a amplificação dessas duas práticas contribuíram para a percepção de que múltiplas “realidades” estariam igualmente disponíveis a qualquer indivíduo, a qualquer momento. Sendo assim, todos podem ser historiadores, sem qualquer metodologia de análise ou rigor científico. Nesta lógica, o nazismo pode ser de esquerda e os documentos da CIA podem ser peças falsas de uma conspiração contra candidatos militares. O rigor historiográfico importa tão pouco que só ganha validade se aparecer na imprensa, como afirmou Bolsonaro.

A repercussão não se limitou ao meio militar. O padrão adotado pelos militares foi rapidamente seguido por alguns jornalistas e comentaristas políticos, como Guilherme Fiúza, que até pouco tempo era figura corriqueira nas mesas de debate político na televisão. Mas, sem dúvida, a recepção mais controversa veio de Elio Gaspari, nas páginas de “O Globo”. Gaspari é dono de uma das mais relevantes pesquisas sobre a ditadura empresarial-militar, fundamentada no acesso quase exclusivo a uma quantidade significativa de documentos pessoais do general Golbery do Couto e Silva, um dos principais ideólogos do regime, além de entrevistas com Geisel. Com base nesse acervo documental militar, Gaspari sustenta a análise de que os dois últimos ditadores brasileiros promoveram o fim das práticas autoritárias e, em última instância, da própria ditadura. No entanto, ao apontar Geisel e Figueiredo como mandantes e executores de assassinatos políticos, o relatório da CIA tende a enfraquecer, ao menos parcialmente, a análise de Gaspari.

A primeira frase de Gaspari, em sua coluna do dia 13/05/2018 – “A história do Brasil continua a ser escrita pelos americanos” – revelou uma concepção de história que permeia o tratamento dado às fontes em seu trabalho e justifica sua tese. Se a história é essencialmente aquilo que os documentos dizem, sem rigor analítico, então a história da ditadura escrita por Gaspari é justamente aquela que os ditadores querem que ela seja. Desse modo, seria mesmo impossível afirmar que Geisel comandou assassinatos, e é fácil concluir que teria sido o artífice da abertura

política. Geisel não diria nada diferente, mesmo reconhecendo que foi conivente com o massacre da Guerrilha do Araguaia.

Segundo Gaspari, é precisamente porque Geisel teria, em tese, reconhecido o massacre como uma “barbárie” indesejada e incompatível com sua própria noção de civilidade que ele figuraria no “lado certo da história”. Ao longo da coluna, o jornalista, situado em um espectro político distante do bolsonarismo, recorreu à mesma narrativa do futuro presidente ao legitimar as mortes de presos políticos por meio da narrativa militar sobre o massacre no Araguaia. Dessa forma, preso na narrativa oferecida pelos militares e que desembocou no bolsonarismo, Gaspari não conseguiu reconhecer que execuções e mortes em combate são duas coisas completamente diferentes, sobretudo porque os presos políticos estavam desmobilizados e desarmados. Além disso, e ainda mais grave, não se deu conta de que uma parte significativa das mortes no Araguaia, senão todas, também decorreu de execuções.

Para o colunista, que não contestou o relatório da CIA, o documento apenas corroborava sua tese, sem trazer novidades. Geisel estaria entre os defensores da abertura do regime. Já as execuções eram atribuídas aos militares da 'linha dura' presentes na reunião: Confúcio Avelino e Milton Tavares de Souza, chamado de 'Miltinho'. Para salvar sua tese e a suposta 'linha democrática' das Forças Armadas, Gaspari afirmou que o mais revelador do documento era mostrar que a ditadura era uma bagunça. Essa análise, paradoxalmente, desconsidera a hierarquia das Forças Armadas e contraria a memória militar, que rejeitava a autenticidade do documento e associava a ditadura à moralidade e à ordem.

A interpretação da ditadura empresarial-militar feita por Elio Gaspari e, sobretudo, sua interpretação do relatório da CIA são um reflexo bem-acabado do descaso com o rigor da história. E, conseqüentemente, também é um reflexo de quem não compreende a capacidade da história de mudar o passado. Gaspari toma suas fontes – os documentos de Couto e Silva e de Geisel – como voz única e incontestável. Portanto, como a própria história. Por isso, foi incapaz de reconhecer que outros documentos podem trazer novas análises e mudar a história.

Neste ponto, pode-se argumentar que utilizar o relatório da CIA como prova incontestável da participação de Geisel e Figueiredo nas execuções de presos políticos seria incorrer no mesmo equívoco de Gaspari, ao considerar a fonte documental inquestionável e à prova de críticas. Desta forma, Gaspari estaria certo ao afirmar que os estadunidenses estariam escrevendo a história do Brasil. Não é o

caso. A a qualidade do documento e, sobretudo, a análise do mesmo não deixam muita dúvida quanto à participação de Geisel e Figueiredo nos assassinatos.

No entanto, é necessário avançar na análise. Outras questões devem ser respondidas, não apenas em relação ao documento em tela, mas também a esse período obscuro da história brasileira. Para tanto, o historiador, independentemente de sua formação, deve ser honesto com as fontes e problematizá-las, inserindo a análise em um contexto global e empregando métodos comparativos. A abertura dos documentos remanescentes da ditadura é urgente. Gaspari, ao priorizar a coerência interpretativa de sua obra, perdeu a oportunidade de promover uma campanha de abertura dos documentos que resistiram a destruição autoritária, que busca apagar o passado para contá-lo de acordo com a conveniência dos vencedores. Poderia ter explicitado as limitações de seu trabalho e utilizado seu espaço na imprensa para reivindicar a divulgação. Contudo, optou por encerrar a narrativa, desconsiderando que a reabertura do debate e o acesso a novas evidências podem reorientar as interpretações e impactar o presente.

### Referências:

GASPARI, Elio. **A CIA achou que Geisel dominaria a ‘tigrada’**. O Globo, Rio de Janeiro, 13 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/a-cia-achou-que-geisel-dominaria-tigrada-22678320>

LEIA o documento da CIA que diz que Geisel autorizou execuções na ditadura. **O Globo (online)**, Rio de Janeiro, 11 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/leia-documento-da-cia-que-diz-que-geisel-autorizou-execucoes-na-ditadura-22676183>

---

\*Professor de História do Continente Americano II na Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança na mesma universidade. Pesquisador do INCT-INEU. E-mail: [robertomoll@id.uff.br](mailto:robertomoll@id.uff.br)